



A Presença da Mulher em Campanhas Presidenciais no Brasil¹

Juliana Nunes de OLIVEIRA²

Giseli Aline STEMPNIAK³

Faculdade Interamericana de Porto Velho - UNIRON, Porto Velho, RO

Resumo

A mulher ao longo do tempo começa a sair de seu lar, a ganhar direitos e tornar-se cidadã. Pelo mundo, as mulheres começam a se destacar politicamente nos cargos majoritários na segunda metade do século XX. No Brasil, a participação feminina nas candidaturas para a presidência começa a partir das eleições de 1989. Decorridos 25 anos após a primeira candidatura feminina, é eleita a primeira mulher presidente da república do Brasil em 2010, reelegendo-se em 2014. A chegada da mulher ao cargo de maior poder político no País será analisada através da perspectiva histórica neste trabalho bibliográfico.

Palavras-Chave: mulher; política; eleições presidenciais; Brasil.

1 Introdução

O período eleitoral no Brasil é caracterizado pela movimentação de uma parte da população brasileira às urnas. Este fato ocorre dentro do regime político democrático. A cada dois anos são realizadas eleições para os cargos executivos e legislativos, com duração de quatro anos, após a posse. Brasil (2014), através do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontam que mais de 142 milhões de brasileiros estavam aptos a participarem das eleições de 2014, cerca de 68 milhões de homens e 74 milhões de mulheres.

Com relação às mulheres, as maiores faixas etárias de eleitoras estão entre os 25 e 34 anos e entre os 45 e 59 anos com mais de 17 milhões cada uma. Outra característica apontada pelo Brasil (2014) está no fato da maioria das mulheres possuírem o ensino fundamental incompleto (mais de 21 milhões) e ensino médio

¹ Trabalho apresentado no IJ 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 28 a 30 de maio de 2015.

² Estudante de Graduação 2º semestre do Curso de Publicidade e Propaganda da UNIRON, email: juliana.nunes.oliveira@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Professora Esp. do Curso de Comunicação Social UNIRON, email: gistempniak@gmail.com.



incompleto (mais de 14 milhões). Este pode ser um reflexo histórico da mulher na regência das atividades domésticas, que é passada ainda durante a infância e adolescência, além de muitas meninas engravidarem nesta fase da vida ou ainda terem de trabalhar fora de casa para ajudar na renda familiar.

A luta feminina para a aquisição do direito ao voto e a participação como candidata não é atual. Hoje, cada partido político conta com uma cota de 30% das vagas destinadas às mulheres. Apesar de pequena, a participação feminina tem se elevado a cada pleito eleitoral. Ainda mais, estimulado pela reeleição da candidata Dilma Rousseff em 2014.

Feito este, que, aliás, que só ocorreu devido ao caminho deixado pelas mulheres pioneiras e fortes que exigiram igualdade em termos de direitos, neste caso, o direito de votar e participar das eleições como candidatas.

Este trabalho tem o objetivo de analisar o processo evolutivo histórico da participação feminina como candidatas nas eleições majoritárias presidenciais do Brasil, contextualizando a temática com as disciplinas oferecidas no primeiro semestre do Curso de graduação em Publicidade e Propaganda, na Faculdade Interamericana de Porto Velho - UNIRON, no segundo semestre de 2014. Para isso, será feita uma pesquisa bibliográfica, buscando informações sobre a participação da mulher na política brasileira.

2 Mulheres na Política: Contexto Mundial e Brasileiro

Durante séculos, a mulher teve seu campo de atuação restrito ao lar e às atividades domésticas. De acordo com Bicégliá (2002), as mulheres nas sociedades antigas como a Greco-romana eram submetidas às vontades da família, em especial, do pai até o casamento e depois do casamento, ao marido. O homem tinha o poder de decisão, e à mulher só restava o papel doméstico e reprodutor. Esse cenário foi lentamente modificado após vários protestos que exigiam direitos iguais entre homens e mulheres. Nos dias atuais, ainda são identificadas disparidades entre os gêneros, mas com a equiparação de direitos perante a lei, estão sendo corrigidas aos poucos.

As leis e a constituição brasileira continuavam a manter a mulher em casa, sobretudo em atividades domésticas. Calil (2007) destaca o avanço da legislação como a Lei do Ventre Livre em 1871 e a Lei do Sexagenário em 1885, até a chegada da Lei Áurea em 1888. Esse processo resultou na abolição da escravatura, abrindo vários



postos de emprego, em especial na agricultura. Mulheres e crianças trabalhavam tanto quanto um homem adulto, mas recebiam metade do pagamento. Com a industrialização, mais postos de empregos foram abertos. As mulheres ficavam na parte menos mecanizada, talvez por seu analfabetismo e maior atenção nos detalhes.

No século XIX, é criado o dia internacional da mulher. Carneiro (2014) exemplifica alguns fatos marcantes para a data, um deles ocorreu em 23 de fevereiro de 1917 (08 de março no calendário Gregoriano) em Petrogrado, na Rússia. Com a guerra acontecendo naquele momento, as mulheres viraram as referências principais de família e foram às ruas, exigindo maior disponibilidade de alimentos e melhores preços. Em 1910, já havia sido criado este feriado, mas a intenção do mesmo era reivindicar mundialmente o direito da mulher ao voto.

A mulher foi ganhando espaço no mercado de trabalho e na sociedade, pelo reconhecimento de seu esforço ou através de protestos feministas. Com este espaço, a mulher adquiriu o direito de participar das decisões políticas em seus países. Na segunda metade século XX, a mulher começou a mostrar sua força administrando cidades e até países nos cargos majoritários. A revista Exame (2014) cita como exemplo a América Latina em que seis países já tiveram mulheres à frente da Presidência ou de sua administração política. Desse total, no momento estão presidindo seus países: Michelle Bachelet no Chile, Cristina Kirchner na Argentina e Dilma Rousseff no Brasil. O Brasil devido as suas constituições políticas e regimes de governo antigos demorou abrir as portas para as mulheres no âmbito político.

As restrições às ações femininas no Brasil eram diversas, chegando até ao voto. Foram mais de 400 anos até a conquista do direito de votar. Segundo Ferreira (2005), a legislação eleitoral foi modificada após a Revolução, em 1930, ratificada na Constituição de 1932, um dos ganhos à sociedade brasileira foi a instituição do voto feminino. Deste avanço até a posição da mulher na política atual, houve um caminho muito grande e árduo percorrido para a participação da mulher como candidata e com potencial de vencer.

A conquista do voto foi um passo enorme na perspectiva de igualdade de direitos entre os gêneros. Rodrigues (2014) cita em seu texto sobre eleições, algumas mulheres que marcaram história como a primeira mulher a votar, a potiguar Celina Guimarães Viana. A primeira prefeita foi eleita na cidade de Lajes – RN, Alzira Soriano, em 1929. A primeira deputada foi do estado de São Paulo, Carlota Pereira Queiroz, em 1934, e a primeira senadora da era republicana Eunice Michiles, em 1979.



3 Constituição de 1988: Impacto e a Abertura do Caminho Político para a Mulher no Brasil

As Constituições Federais, desde 1932, trouxeram uma esperança no âmbito legal de igualdade dos direitos entre os gêneros em seus textos. Brasil (1988) traz como grande marco o art. 5 § 1º que de forma clara e concisa renova o texto de igualdade de direito para todos os cidadãos dos gêneros masculino e feminino. Esse artigo, ao equiparar homens e mulheres tenta reparar um problema histórico que era a discriminação entre os gêneros desde o período colonial. Conforme Vaz (2008), haviam muitos movimentos e campanhas para a equiparação dos direitos entre os gêneros como, “Constituinte pra valer tem que ter palavra da Mulher”. Após essa vitória feminina, a política aos poucos começou a ceder mais espaço para a participação das mulheres nos pleitos eleitorais como eleitora e candidata.

Politicamente as mulheres já haviam conseguido chegar a alguns cargos como já foi apresentado neste texto, mas faltava ainda vencer algumas barreiras e almejar cargos mais altos. Dessa forma, Rodrigues (2014) cita que a primeira candidata eleita como cabeça de chapa para governar um estado, foi Roseana Sarney no Maranhão, em 1994.

Com seus direitos garantidos pela Constituição e já tendo chegado ao poder em alguns cargos, a mulher não possuía um grande espaço nos partidos políticos. Esta disparidade começou a mudar com a criação da Lei 9.504/97 art. 10, §3º, que garante o mínimo 30% e no máximo 70% das vagas por partido ou coligação devem ser para cada sexo (Brasil, 2007). Com isso, as mulheres passaram a ter pelo menos 1/3 a mais de participação no pleito eleitoral.

Com relação à participação como eleitoras, as mulheres vêm se mantendo como maioria dentro do processo eleitoral nacional. Dados do Brasil (2014) apontam que, desde 2008, as mulheres aptas a votar são maioria: 2008 com 51,7%; 2010 com 51,8%; 2012 com 51,9% e 2014 com 52,1%. Nas eleições de 2014, 6.572 mulheres concorreram a cargos políticos, enfrentando mais de 16 mil homens, deste total, foram três candidatas à presidência da República e uma vencedora ao final do segundo turno.

A participação feminina nas eleições começou a sofrer uma influência de alguns países europeus e sul-americanos, que passaram a eleger mulheres para cargos presidenciais ou de representação da nação. A primeira ministra da Alemanha Angela



Merkel, a presidente do Chile, Michele Bachelet e Cristina Kichner na Argentina são exemplos da chegada da mulher ao poder.

A vitória de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010 entrou para a história no Brasil e no mundo. Além do marco de ser a primeira mulher eleita como presidente no Brasil, ela entra para a história mundial como a 18ª mulher a liderar um país no mundo, de acordo com o periódico português online Jornal de Notícias (2014). Para demonstrar a força dessa conquista, das 192 nações mundiais, somente 18 tiveram mulheres como representantes até 2010.

O resultado da eleição presidencial, em 2014, repercutiu com grande força nos outros países através dos meios de comunicação online e impresso. De acordo com Walker (2014), o anúncio da reeleição de Dilma foi feito em tempo real nos sites dos jornais The New York Times (Estados Unidos), BBC (Inglaterra), Corriere Della Sera (Itália) e Al Jazeera (Catar). Este fato mostra o interesse do mundo não só nas eleições brasileiras, mas no impacto do seu resultado.

4 As Candidaturas Femininas à Presidência do Brasil

Com 25 anos passados da primeira eleição direta presidencial em 1989, em que participaram 22 candidatos, sendo vinte e um homens e uma mulher, nota-se o aumento na participação feminina. Em 2014, as eleições presidenciais ocorreram com onze candidatos, sendo oito homens e três mulheres, o maior número de candidatas ao cargo.

De 1989 a 2014, sete mulheres participaram das disputas ao cargo de Presidente do Brasil. A primeira candidata foi a advogada mineira Lívia Maria Lêdo Pio de Abreu (Lívia Abreu), que concorreu em 1989 pelo Partido Nacionalista (PN), recebendo 180 mil votos, equivalente a 0,25% do eleitorado que na época eram cerca de 70 milhões de eleitores (Nuzzi, 2015). Em 2014, ao juntar o quantitativo de votos (Brasil, 2015) no primeiro turno das candidatas Dilma Rousseff (43.267.668), Marina Silva (22.176.619) e Luciana Genro (1.612.186), receberam um pouco mais de 67 milhões de votos, equivalente a 46,95% dos 142.822.046 eleitores aptos, equiparando-se aos oito homens que estavam na disputa.

A segunda candidata foi Thereza Tinajero Ruiz que conseguiu 166.138 mil votos, 0,245%, pelo Partido Trabalhista Nacionais (PTN), ficando em 10º lugar ao final do primeiro turno nas eleições de 1998. Esta eleição foi marcada pela reeleição em



primeiro turno do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB / PMDB / PFL / PPB / PTB) (Brasil, 2015).

A cientista política Ana Maria Teixeira Rangel concorreu no pleito de 2006, pelo Partido Republicano Progressista (PRP). Para participar como candidata, lutou e esteve envolvida em uma grande polêmica dentro do seu partido. De acordo com a Folha online (2015), em 2006, Ana Maria denunciou um esquema de corrupção no PRB, envolvendo o presidente e o vice-presidente nacional, que teriam tentado extorqui-la por cerca de R\$ 3 milhões de reais, em troca disso, lhe dariam apoio político durante as eleições. Brasil (2015) divulgou ao final do primeiro turno de 2006, ela obteve 126.404 votos, 0,132%, ficando em quinto lugar entre os sete candidatos que participaram naquele ano.

A candidata Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho com a coligação PSOL-PSTU-PCB também concorreu nas eleições de 2006. Brasil (2015) em 2006, contabilizou-se ao final do primeiro turno 6.575.393 milhões de votos, 6,850%, ficando na terceira colocação entre 7 candidatos. Conforme Jacob et al (2009), Heloisa embasou sua campanha na moral, criticando os desvios éticos no Governo Lula. O autor ressalta ainda que, ela foi expulsa do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2003, por não apoiar nas votações propostas de reformas enviadas pelo Presidente Lula ao Congresso Nacional.

Maria Osmarina Marina Silva Val de Lima com 52 anos participa da sua primeira eleição presidencial em 2010. Candidata pelo Partido Verde (PV) alcança a terceira colocação com 19.636.359 milhões de votos (Brasil, 2010). Foi muito elogiada pelo desempenho, mas não apoiou nenhum candidato no segundo turno. Em 2014, para Brasil (2015), manteve a terceira colocação com 22.176.619 milhões de votos, 21,32% pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Inicialmente Marina Silva, não era candidata principal, era vice de Eduardo Campos na chapa para a presidência. Tornou-se candidata titular após o acidente aéreo que vitimou o Eduardo em 13 agosto de 2014. Chegou a ficar na primeira colocação das pesquisas eleitorais com 34% das intenções de voto devido à comoção nacional, mas despencou com aproximação da votação do primeiro turno. Costas (2015) cita cinco fatores que influenciaram a queda nos números de Marina: Com a exposição obtida pós acidente, o PT de Dilma Rousseff e PSDB de Aécio Neves começaram à atacar a candidata; O tempo de horário político foi outro fator apontado, a candidata tinha somente 2 minutos; Disputas internas no partido após a sua indicação como



representante oficial; Inconsistências do programa de governo, foi a primeira candidata a apresentar mas teve de fazer várias correções para agradar vários grupos da sociedade; e, sua imagem de fragilidade, após ouvir críticas do ex-presidente Lula, ela teria chorado. Logo vieram as críticas, pois um chefe de Estado, precisa ter a imagem de força, não se abalar por opiniões.

Luciana Krebs Genro é professora de inglês e advogada, foi candidata pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) nas eleições de 2014, conseguiu 1.612.186 milhões de votos (Brasil, 2015) em sua primeira candidatura ao cargo presidencial. Ficou em quarto lugar ao final do primeiro turno com 1,55% dos votos válidos.

Dilma Vana Rousseff tornou-se a primeira mulher a chegar à presidência em 2010, reelegendo-se em 2014 pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Dados do Brasil (2015) apontam que em 2010, a candidata tinha 63 anos e conseguiu 47.651.434 milhões de votos no primeiro turno e 55.752.529 votos no segundo turno. Em 2014, no primeiro turno, a candidata obteve 43.267.608 milhões de votos, 41,59%, enquanto que, no segundo turno foram 54.501.118 milhões de votos com 51,64% dos votos válidos.

Além do fator histórico, os discursos durante a campanha e a utilização dos meios de comunicação são de grande importância durante uma eleição. Infelizmente não há muitos estudos publicados sobre essa temática, mas dentre a pouca literatura disponível, se pode notar a inferência ao poder feminino e suas características no discurso de Dilma Rousseff, além da utilização das mídias sociais nas campanhas para alcançar eleitores das mais variadas faixas etárias.

Nas eleições de 2010, Pontes (2014) observou que Dilma em sua pré-candidatura fazia muitas referências às mulheres através da discriminação, evolução e contribuição das mulheres para a sociedade. Esses argumentos foram encorpados a outras características femininas durante a campanha. Para Capistrano (2014), no primeiro programa eleitoral de Dilma à presidência pelo PT, cria-se a identidade de mulher sensível, intelectual, nacionalista, além de mãe. Esse apelo acabou atingindo sua finalidade quando se observa que ela conseguiu a vencer as eleições em 2010, contra um candidato mais experiente, José Serra.

Após a vitória nas eleições de 2010, Dilma e sua assessoria, levam ao ar o programa semanal via rádio Café com a Presidenta. O programa tinha como proposta provocar interação entre Dilma e a população. Pontes (2014) analisou o discurso utilizado em um programa em 2011 e notou que o discurso naquele momento tinha ênfase mais leve, ressaltando a necessidade da igualdade de direitos, salários,



oportunidades e a abertura de novos espaços, já que a eleição dela representava a quebra de barreiras e poderia ser associada à vida da mulher comum como sendo possível a superação de dificuldades em suas vidas.

Na campanha de 2010, Amoris et al (2012) analisaram o uso das redes sociais Orkut, Twitter e Youtube nas eleições presidenciais e perceberam o maior uso por parte da Candidata Dilma Rousseff e José Serra, ambos foram para o segundo turno. Pode não haver correlação direta entre o uso das mídias sociais e a quantidade de votos dos candidatos, mas demonstra que é um espaço virtual disponível e alguns candidatos não aprenderam ou não quiseram usá-lo como estratégia de campanha e quem soube usar, teve êxito na propagação de suas ideias.

5 Considerações Finais

O Brasil é um país com 515 anos pós-descobrimento, 192 anos de independência, 125 anos de república, com todos esses acontecimentos históricos, o voto feminino tornou-se constitucional a menos de 100 anos. A participação das mulheres nas eleições presidenciais tem 25 anos, ou melhor, pode ser resumido em sete mulheres e cinco eleições.

O cargo de presidente da república é de extremo respeito na sociedade e representa o poder máximo em termos de representantes eleitos, via voto popular. No caso do Brasil, houve o reflexo de uma onda crescente de vitórias femininas eleitorais no mundo. Um exemplo simples é a vizinha Argentina, que já teve duas mulheres ocupando o cargo presidencial.

Algumas candidaturas foram difíceis por causa de contratempos partidários, outras por causa de ideologias. A mulher com o tempo aprendeu a não desperdiçar a oportunidade do voto e tornou-se maioria dentre os eleitores. Com isso, começaram a emergir da população líderes políticas que com o tempo adquiriram respeito e admiração da população.

Sugere-se como estudos futuros, trabalhos sobre a utilização dos meios de comunicação e a análise do discurso proferido pelas mulheres. Esses estudos teriam a finalidade de prestar maiores subsídios em termos de comparação de estratégias para a conquista dos votos dos eleitores, principalmente o eleitor indeciso.



6 Referências

AMORIS, Valéria et al. Marketing político e redes sociais: Reflexos nas eleições 2010 à presidência da República. In: Queiroz, Adolpho Carlos Françoso et al (ORG). **Comunicação Política e eleitoral no Brasil: Perspectivas e limitações no dinamismo político**. p. 140-158, Americana, SP, 2012.

BICEGLIA, T. R. **A mulher e a evolução histórica de suas conquistas na legislação civil e constitucional brasileira**. Monografia de graduação em Direito das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”. Presidente Prudente/SP, Nov. 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **A Lei nº 9.504/1997: 10 anos da Lei das Eleições**. Org. Escola Judiciária Eleitoral. – Brasília: SGI, 2007.

_____. _____. Estatísticas Eleitorais. Disponível em:
<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado>> Acesso em 20 de nov. 2014.

_____. _____. Resultado da eleição de 2010. Disponível em:
<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2010/estatisticas-de-eleitorado>> Acesso em 19 de abr. de 2015.

_____. _____. Resultado da eleição 2006. Disponível em:
<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/resultado-da-eleicao-2006>> Acesso em 19 de abr. de 2015.

_____. _____. Resultado da eleição 1998. Disponível em:
<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1998/resultado-da-eleicao-de-1998>> Acesso em 19 de abr. de 2015.

CALIL, L. E. S. **História do direito do trabalho da mulher**: aspectos histórico-sociológicos do início da república ao final deste século. São Paulo: Editora LTR, 2007.

CAPISTRANO, J. T.. **Gênero feminino no cenário político-midiático: A construção de identidades em campanhas eleitorais**. Disponível em: <http://www.gelne.org.br/Site/arquivostrab/1490-artigo_gelne.pdf> Acesso em 20 de nov. de 2014.

CARNEIRO, A. J. Origens do Dia Internacional da Mulher. Folha de São Paulo. Disponível em: <http://agenciapatricialgalvao.org.br/wpcontent/uploads/2011/03/folhasp08032011_adrianajacobcarneiro.pdf> Acesso em 12 de nov. de 2014.



COSTAS, R. Cinco razões que explicam queda de Marina Silva. Disponível em:
<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/10/141003_marina_queda_ru> Acesso em 17 de abr. de 2015.

FERREIRA, M. R. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro**. 2. ed. Brasília: TSE/SDI, 2005.

FOLHAONLINE. Candidatos - Presidente - Ana Maria Teixeira Rangel. **Folha de São Paulo**. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/eleicoes/candidatos-presidente-ana_maria_rangel.shtml> Acesso em 20 de abr. de 2015.

JACOB, C. R. et al. A eleição presidencial de 2006 no Brasil: continuidade política e mudança na geografia eleitoral. Revista ALCEU, v. 10, n.19, p. 232 a 261, jul./dez. 2009.

JORNAL DE NOTÍCIAS. Dilma será a 18.^a mulher no Mundo a liderar um país. Disponível em: <http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1700378> Acesso em: 20 de nov. 2014.

NUZZI, V. Retomada Democrática: Há 25 anos, o país voltava a escolher seu presidente e a política estava na rua. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2014/eleicoes-1989-pais-voltava-a-escolher-seu-presidente-e-a-politica-estava-na-rua1989-5041.html>> Acesso em: 17 de abr. de 2015.

PONTES, V. de S. **A identidade da mulher pela voz do discurso político**. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/PONTES_VIVIAN_DE_SOUZA.pdf> Acesso em 28 de out. 2014.

REVISTA EXAME. América Latina e mulheres: 6 presidentes e nenhuma ditadora. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/america-latina-e-mulheres-6-presidentes-e-nenhuma-ditadora>> Acesso em: 20 de nov. 2014.

RODRIGUES, R. Conheça a história das primeiras mulheres eleitas no Brasil. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/blogs/historia-sem-fim/conheca-a-historia-das-primeiras-mulheres-eleitas-no-brasil>> Acesso em 30 de out. 2014.

VAZ, G. de A. **A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas**. Monografia - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Processo Legislativo, 2008.

WALKER, G. **Vitória de Dilma repercute nos jornais da América Latina e do resto do mundo**. Disponível em: <<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/eleicoes-2014/2014/10/26/noticias-eleicoes-2014,454515/vitoria-de-dilma-repercute-nos-jornais-da-america-latina-e-do-resto-do-mundo.shtml>> Acesso em: 30 de out. 2014.